

Senado vota Convenção

O Senado votará amanhã o projeto de decreto legislativo que ratifica a Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece a liberdade e autonomia sindicais. Sobre o assunto, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto disse que responsabiliza os dirigentes sindicais pela possível postergação ou adiamento da votação, à medida que dirigentes sindicalistas se pronunciaram contra a ratificação do documento.

A atual legislação atrela os sindicatos de empresários e empregados à tutela do Estado, através do Ministério do Trabalho.

"O governo quer ter posição democrática e tem compromisso histórico com a liberdade sindical", disse Pazzianotto, explicando considerar justificável a existência de temores. Falou, porém, que a convenção é apenas uma espécie de carta de princípios e, quanto à contribuição sindical, por exemplo, há formas de ser obtida, que não necessariamente pela via atual. O tema, inclusive, tem sido estudado por técnicos do ministério, o que, Pazzianotto fez questão de frisar, se refere à abrangência da convenção, visando à autonomia e abolindo a intervenção administrativa.

O pedido do presidente Sarney para o urgente desarquivamento do projeto de decreto que institui a Convenção 87 da OIT tem "duas faces", segundo membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Enquanto comemoram de um lado a possibilidade do surgimento de um sindicalismo autêntico e atribuem o fato à "pressão" que fizeram durante anos, por outro desconfiam de a pressa presidencial representar um "golpe" na ação sindical, inicialmente enfraquecida com o fim do imposto sindical.

De qualquer forma, os cutistas garantem que "não deixarão seus alicerces se abalarem", com a possível intenção do governo de "desestabilizar" os sindicatos. Aliás, os membros da CUT consideram até benéfica a extinção de mais da metade dos sindicatos de trabalhadores do País, previsão feita em caso de muitas entidades não conseguirem sobreviver sem o imposto sindical — recolhimento de um dia do trabalho anual do assalariado, do qual 60% vão para os cofres do sindicato, 20% para o Ministério do Trabalho, 15% para as federações e 5% para as confederações.

Para a CUT a impossibilidade de atuar sem o imposto sindical é sintoma de sindicato que "não conta com a confiança das bases". Para o presidente da CUT-ABC, João, Avamileno, a extinção das entidades descomprometidas com as categorias e que "só sobrevivem às custas do Estado possibilitará às bases a criação de novas organizações, desta vez autênticas representações".

Com mais ou menos intensidade, todos os sindicatos de trabalhadores enfrentarão problemas na fase de transição do atual sistema — baseado no regimento trabalhista do governo fascista de Mussolini — para o que prevê liberdade de organização sindical, segundo o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Maurício Soares. Aqueles que contarem com menor quantidade de contribuições voluntárias, conforme Maurício, tendem a desaparecer, dando lugar a novas organizações.

Mesmo estando entre os menos dependentes do imposto sindical — 25% do orçamento deste ano — o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo deve repensar formas de arrecadação. Segundo o secretário-geral, Heiguiberto Navarro, a entidade deve propor a outros dirigentes o estudo conjunto de como deve ser reestruturado o sindicalismo brasileiro. A CUT é defensora da unidade, da organização dos trabalhadores por departamentos de categorias. A Convenção 87 da OIT, ao contrário, permite o pluralismo.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Materiais Elétricos de São Paulo não é muito favorável ao projeto de decreto-lei que institui a Convenção 87.

"Na verdade", disse ontem José Francisco Campos, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, "não somos a favor do atrelamento sindical ao Estado, mas não podemos concordar com essa intenção do governo de promover o pacto social pela força, provocando, com a assinatura dessa convenção, a desmobilização do movimento sindical". Segundo explicou, com a aprovação da Convenção 87, os sindicatos perderão 60% de suas receitas, já que a contribuição sindical seria extinta e os sindicatos dependeriam apenas das mensalidades pagas pelos associados e da contribuição assistencial, que corresponde a 5% do salário dos empregados e recolhida uma vez por ano.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) que também é contra a Convenção 87, está promovendo reuniões e debates com lideranças sindicais de várias correntes, solicitando um melhor estudo dessa lei e pedindo um prazo de oito a dez anos para que haja esse desatrelamento.